



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1098

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 184399-4 - (14ª Vara Cível Capital)

Agravante: Central Distribuidora de Produtos Ltda

Agravada: Capitalize Fomento Comercial Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PESSOA JURÍDICA. DEFEITO SANÁVEL. NÃO OPORTUNIZADA A SANAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. APELO PROVIDO. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Inexistindo procuração válida nos autos ao tempo da sentença, não pode o Juiz extinguir o feito sem antes abrir prazo para que a parte regularize a representação processual. Ademais, a inadequada representação processual é defeito sanável, a teor do disposto no art. 13, do CPC, e só deve ser causa de extinção do processo caso traga prejuízo aos interesses das partes ou aos fins de justiça.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1099

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 184399-4 - (14ª Vara Cível Capital)

Agravante: Central Distribuidora de Produtos Ltda

Agravada: Capitalize Fomento Comercial Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls. 114/116.

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa desta Relatoria que, nos autos da Apelação Cível nº 184399-4, acolheu preliminar de cerceamento do direito de defesa e declarou nula a sentença por entender que deveria o Magistrado intimar a parte para sanar o defeito de representação antes de sentenciar e extinguir o feito sem resolução do mérito (art. 267, IV, do CPC).

Nas suas razões recursais a agravante argumenta que não houve cerceamento de defesa, porquanto, foi oportunizado à parte regularizar o vício de representação quando instada a se manifestar sobre a contestação. Pugna pela reconsideração da decisão atacada ou pela apreciação colegiada para dar provimento ao apelo.

É o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1100

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 184399-4 - (14ª Vara Cível Capital)

Agravante: Central Distribuidora de Produtos Ltda

Agravada: Capitalize Fomento Comercial Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos (fls. 1074/1075):

"No ponto, assiste razão à apelante, porquanto, como sedimentado no STJ: PROCESSUAL CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PESSOA JURÍDICA. DEFEITO SANÁVEL. FINALIDADE DA NORMA. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. 1. O defeito de forma só deve acarretar a anulação do ato processual impassível de ser aproveitado (art. 250 do CPC) e que, em princípio, cause prejuízo à defesa dos interesses das partes ou sacrifique os fins de justiça do processo. Consagração da máxima pas des nullité sans grief. 2. A inadequada representação da parte (ilegitimatio ad processum) é defeito sanável porquanto referido requisito visa a aferir se a pessoa jurídica, no processo, está manifestando a sua vontade societária pelas pessoas físicas dotadas desse poder. 3. A outorga da procuração por um só dos sócios, em demanda em favor da sociedade, não pode revelar defeito capaz de conduzir à extinção do processo, porquanto, a pretexto de aplicar-se a lei em seu prol, carrega-lhe notável prejuízo. 4. Deveras, informado que é o sistema processual pelo princípio da instrumentalidade das formas, somente a inutilidade que sacrifica os fins de justiça do processo deve ser declarada. 5. Nesse segmento, na esteira dos precedentes, "tem-se como sanada a irregularidade de representação judicial da parte, quando ofertado o instrumento de mandato no ato de interposição do recurso de apelação" (REsp n.º 123.676/SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, DJ de 10.08.1998). 6. Recurso especial improvido. (REsp 463.318/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/03/2003, DJ 24/03/2003, p. 151). Ademais, como bem disse o Douto Procurador de Justiça (fls. 1045/1047): "Quanto ao vício de representação, merece ser reformada a sentença proferida, já que tal macula somente fora verificada pelo juízo no momento da prolação da sentença e, em lugar de intimar a parte para saná-lo, como bem determina o art. 13 do Código de Processo Civil, julgou de pronto o feito extinguindo sem resolução de mérito, por entender que o momento em que foi a apelante instada a se manifestar sobre a peça de defesa, deveria a mesma haver sanado o vício. No entanto, não é esse o entendimento consagrado no Superior Tribunal de Justiça e demais tribunais locais, conquanto estes consagram o princípio da



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1101

instrumentalidade das formas, cujo entendimento determina que defeito sanável somente deve ser causa de extinção do processo caso traga prejuízo aos interesses das partes ou aos fins da justiça perseguidos no processo. (...). Ademais, os documentos de fls. 1009 a 1014 consistem em cópias da procuração outorgadas por um dos sócios integrantes da empresa apelante ao Sr. José Dionísio Barsi Filho (outorgante do mandado judicial que se entendeu nulo) exatamente em períodos que abragem as procurações outorgadas aos advogados da parte apelante, determinando sempre a ratificação do atos praticados anteriormente." Acato, pois, as razões expostas pela apelante e acolho a preliminar para declarar nulo o *decisum* de fls. 940/946 ante a constatação de ofensa ao direito da ampla defesa."

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, tenho-na como inconsistente e persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada. Atente-se que a recorrente não trouxe qualquer elemento novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema.

A decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator